

Diretrizes para o desenvolvimento de coleções em bibliotecas prisionais: um estudo na Biblioteca da Penitenciária de Florianópolis

Amabile Costa

Universidade Federal de Santa Catarina, Departamento de Ciência da Informação,
Florianópolis, SC, Brasil
amabilecosta.m@gmail.com

Camila Monteiro de Barros

Universidade Federal de Santa Catarina, Departamento de Ciência da Informação,
Florianópolis, SC, Brasil
camila.c.m.b@ufsc.br

DOI: <https://doi.org/10.26512/rici.v14.n3.2021.34808>

Recebido/Recibido/Received: 2020-10-21

Aceitado/Aceptado/Accepted: 2021-08-07

Resumo: As bibliotecas prisionais são unidades que disponibilizam às pessoas que estão em situação de privação de liberdade o acesso à informação, incentivo à leitura, democratização da informação, efetivação dos Direitos Humanos. É um espaço sociocultural e educativo, de autonomia e resistência. Neste sentido, o objetivo analisar a constituição do acervo da Penitenciária Masculina de Florianópolis, apresentando os dados obtidos para pesquisa da dissertação intitulada “A constituição do acervo da Biblioteca da Penitenciária de Florianópolis”. O universo desta pesquisa é a Biblioteca da Penitenciária de Florianópolis, vinculada ao Complexo Penitenciário de Florianópolis. No que diz respeito aos procedimentos metodológicos, realizou-se uma visita *in loco* no segundo semestre de 2019. Foram utilizados três formulários apresentados por meio de *google forms* para coletar os dados referentes a proveniência das obras que compõem essa coleção e os critérios de seleção do acervo. Como resultado deste trabalho, foram apresentadas diretrizes para desenvolvimento de coleção para biblioteca prisional baseada na Biblioteca do Complexo de Florianópolis.

Palavras-chave: Biblioteca prisional. Desenvolvimento de coleção. Análise de conteúdo. Educação.

Lineamientos para el desarrollo de fondos en bibliotecas penitenciarias: un estudio en la Biblioteca Penitenciaria de Florianópolis

Resumen: Las bibliotecas penitenciarias son unidades que brindan a las personas privadas de libertad acceso a la información, fomentando la lectura, democratizando la información y haciendo cumplir los Derechos Humanos. Es un espacio sociocultural y educativo, con autonomía y resistencia. En este sentido, el objetivo de esta investigación fue analizar la constitución de la colección de la Biblioteca de la Penitenciaria de Florianópolis, presentando los datos obtenidos para la investigación de la disertación titulada “La constitución de la colección de la Biblioteca de la Penitenciaria de Florianópolis. El universo de esta investigación es la Biblioteca Penitenciaria de Florianópolis, vinculada al Complejo Penitenciario de Florianópolis. En cuanto a los procedimientos metodológicos, se realizó una visita *in loco* en el segundo semestre de 2019. Se utilizaron tres formularios presentados mediante formularios de Google para recolectar datos sobre la fuente de los trabajos que componen esta colección y los criterios de selección de la colección. Como resultado de este trabajo, se presentaron las pautas para el desarrollo de una colección para una biblioteca penitenciaria basada en la Biblioteca del Complejo Florianópolis.

Palabras clave: Bibliotecas penitenciarias. Desarrollo de colecciones. Análisis de contenido. Educación.

Guidelines for the development of collections in prison libraries: a study at the Florianópolis Penitentiary Library

Abstract: Prison libraries are units that provide people who are deprived of their freedom with access to information, encouraging reading, democratizing information, and enforcing Human Rights. It is a socio-cultural and educational space, with autonomy and resistance. In this sense, the objective of this research was to analyze the constitution of the collection of the Library of the Penitentiary of Florianópolis, presenting the data obtained for research of the dissertation entitled “The constitution of the collection of the Library of the Penitentiary of Florianópolis. The universe of this research is the Florianópolis Penitentiary Library, linked to the Florianópolis Penitentiary Complex. With regard to methodological procedures, an on-site visit was made in the second half of 2019. Three forms presented using google forms were used to collect data on the source of the works that make up this collection and the selection criteria of the collection. As a result of this work, guidelines were presented for the development of a collection for a prison library based on the Florianópolis Complex Library.

Keywords: Prison libraries. Collection development. Content analysis. Education.

1 Introdução

O desenvolvimento de coleção aplicada às bibliotecas exige planejamento. Sugere-se que seja embasado em informações consistentes, tais como, “o tipo de biblioteca, os objetivos específicos que cada uma delas busca atingir, a comunidade específica a ser atendida” (VERGUEIRO, 1989, p. 5). Neste sentido, o desenvolvimento do acervo envolve diversos aspectos, são eles: a) avaliação; b) desbastamento; c) aquisição; d) seleção; e) políticas de seleção; f) estudo de comunidade.

Entende-se que o planejamento “oferece aos bibliotecários um roteiro que permite visualizar o panorama que permeia todas as atividades que envolvem os acervos físicos e digitais de uma unidade de informação” (CORREA, 2013, p. 5). É, portanto, um documento norteador a respeito das decisões que impactam na caracterização do acervo, estabelecendo critérios para definição de quais materiais farão parte da coleção (conteúdo e formato) e como serão adquiridos, como acompanhar as necessidades informacionais da comunidade, como será a avaliação para que os materiais sejam ou não mantidos no acervo. Esses critérios, formalmente registrados, constituem a política de desenvolvimento de coleções.

Conforme Clark e MacCreagh (2006) a política de desenvolvimento de coleção começará com a missão da coleção em consonância com a missão da biblioteca e da instituição a que ela está vinculada. Em seguida, os objetivos gerais e específicos deverão ser definidos e compartilhados com a administração dos estabelecimentos prisionais. Para elaborar os critérios voltados à política de desenvolvimento de coleção algumas etapas deverão ser estabelecidas.

Além disso, alguns tipos de bibliotecas foram instituídos por conta da gama diversificada de serviços, funções, estruturas, características e público-alvo. Assim, caracterizar o tipo de biblioteca envolve, também, perceber como está instituída a política de desenvolvimento de

coleção do seu acervo, já que essa política deverá estar voltada para as necessidades de informações da comunidade que utilizará seus materiais (SILVA; SILVA, 2010).

No que se refere às bibliotecas na prisão, sabe-se que a questão da segurança estrutural, dos funcionários e da comunidade carcerária é prioridade. Dessa forma, em alguns estabelecimentos prisionais, materiais que abordam temas de cunho sexual, violência, fabricação de armas, não compõem esses acervos. Como por exemplo, na Biblioteca da Penitenciária de Florianópolis, em uma das tardes realizando o processamento técnico de um livro voltado para o orgasmo tântrico, estava um dos funcionários do estabelecimento afirmou que o “livro não deveria estar disponível para os reeducandos devido ao teor sexual” (PIZARRO et al, 2017). Já em outros estabelecimentos, como no presídio feminino de Sergipe (PREFEM), é possível a realização de atividades contextualizando relacionamento abusivo com a utilização da obra “50 tons de cinza” (FERNANDES et al, 2019). Ainda com base em critérios de segurança, diversos estabelecimentos prisionais afirmam que, livros de capa dura e espiral não podem ser disponibilizados aos detentos e, em alguns casos, não são providenciados livros de direito constitucional (CONRAD, 2012). Pensando em perspectivas nacionais, a Biblioteca da Penitenciária Masculina de Florianópolis condiz com essa realidade, livros com espiral e capa dura não são disponibilizados às pessoas privadas de liberdade (COSTA, 2020).

A constituição dos acervos vinculados às bibliotecas no cárcere está submetida, principalmente, à seleção de assunto e de formato dos materiais. Além dessa censura que ocorre em concomitância com medidas ditas de segurança, acredita-se que existe, também, uma censura intelectual forçada, que acontece quando não há a disseminação de materiais e informações mesmo quando permitidos perante as legislações e os regimentos (EZE, 2015). Ressalta-se que “o não acesso à informação é considerado um obstáculo para o exercício pleno da cidadania” (MALAQUIAS, 1999, p. 46).

Pode-se afirmar que o contexto das bibliotecas prisionais tem características específicas e, dentro desse contexto, cada estabelecimento prisional tem particularidades de funcionamento, de gestão, de legislação vinculada à comarca que se encontra, etc. Dessa forma, torna-se uma temeridade a tentativa de generalizar qualquer análise prescritiva. Por isso, propomos um estudo com foco em um único estabelecimento prisional, a biblioteca da Penitenciária Masculina de Florianópolis.

Nesse sentido, a questão de pesquisa é: qual a constituição do acervo da biblioteca da Penitenciária Masculina de Florianópolis? Essa pesquisa tem por objetivo analisar a constituição do acervo da Penitenciária Masculina de Florianópolis e como objetivos específicos: a) descrever as condições gerais do ambiente e do acervo; b) caracterizar as

temáticas contempladas no acervo; c) mapear a proveniência do acervo; d) conhecer os critérios de seleção do acervo e e) propor diretrizes para o desenvolvimento desse acervo.

A justificativa desta pesquisa está imbricada na relevância social a partir do contexto brasileiro, visto que a *Lei de Execução Penal* nº 7210 de 1984, complementada por outros regulamentos como a Lei nº 13.964 de 2019 e a Recomendação n. 44/2013 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) sobre a Remição de Pena pela Leitura, prevê bibliotecas e acervos dentro dos espaços de privação de liberdade. Para além disso, a Declaração Universal dos Direitos Humanos reforça no artigo 19 que todas as pessoas possuem o direito de opinar e expressar-se, para isso, deverão ter acesso às informações necessárias por qualquer meio e sem censura. A carência de informações sobre os estabelecimentos prisionais e, em especial, suas bibliotecas ficou evidente por meio dos levantamentos bibliográficos realizados (COSTA; BARROS, 2019; CINQUE; OLIVEIRA; GRÁCIO, 2018). A pesquisa aqui apresentada, além de tentar suprir a ausência de debates sobre a temática, evidencia aspectos sobre o próprio sistema prisional nacional.

Para além disso, evidencia-se que as autoras deste artigo possuem plena ciência de que a realidade recuperada pela Revisão Sistemática de Literatura (COSTA, 2020) está baseada em parâmetros internacionais e que em alguns aspectos não estão condizentes com a realidade brasileira. É compreensível a diversidade cultural presente em cada país, entretanto, ressalta-se que o estudo é pertinente pela tentativa de aproximação das experiências *in loco* das autoras, das diretrizes, normas e padrões relacionadas as bibliotecas prisionais publicadas pelas instituições vinculadas à área de Biblioteconomia e a política de desenvolvimento de coleção sugerida por diversos autores do campo científico, bem como o levantamento teórico e conceitual realizado.

Vale ressaltar que essa pesquisa é resultado de dissertação (avaliação às cegas, inserir título após avaliação) defendida em 2020, no âmbito do Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina (PGCIN – UFSC).

2 Política de desenvolvimento de coleção adequada aos espaços de privação de liberdade

Evidencia-se que os papéis e as características das bibliotecas prisionais variam de acordo com a situação e necessidade de cada um dos seus leitores, já que atendem um público heterogêneo. Essas unidades abrangem alguns propósitos, são eles: apoiar o programa educacional da instituição (biblioteca escolar), atender às necessidades de leitura recreativa (biblioteca de lazer), suporte de reabilitação, servir como centro de referência (CONRAD, 2012).

As bibliotecas no cárceretambém podem ser locais que apoiam a saúde mental dos detentos, auxiliam na interação positiva entre pessoas privadas de liberdade e suas famílias e amparam os detentos no seu desenvolvimento espiritual, educacional e social (DICK, 2007; EMASEALU; POPOOLA, 2016). Destaca-se que “uma pessoa reclusa não renunciou ao direito de aprender e a aceder a informação, e a biblioteca de estabelecimento prisional deve oferecer recursos e serviços similares aos das bibliotecas no mundo ‘livre’” (LEHMANN; LOCKE, 2005, p. 7).

Nesta perspectiva, a política de desenvolvimento de coleção é um documento que trata de "tornar público, expressamente, o relacionamento entre o desenvolvimento de coleção e os objetivos da instituição a que esta coleção deve servir” (VERGUEIRO, 1989, p. 25).

Além da missão e objetivos, na política também poderão ser inclusas informações sobre empréstimo entre bibliotecas prisionais, materiais referentes aos programas desenvolvidos nos ambientes prisionais, materiais relativos à pesquisa jurídica e possibilidade de sugestão de aquisição de materiais por parte da comunidade carcerária. (CLARK; MACCREAIGH, 2006). Há um consenso entre os autores de que todas essas definições estarão vinculadas primeiramente à segurança (CONRAD, 2012; BURT, 1977). Evidencia-se a utilização desses aspectos na experiência apresentada por Silva e Primo (2018) na biblioteca prisional da Unidade de Grajaú (MA), onde as autoras apresentam a elaboração da missão e visão desta unidade voltadas para as questões da leitura, atuação e prestação de serviços e valores éticos.

De acordo com Clark e MacCreaigh (2006) as bibliotecas na prisão atendem populações finitas, em geral com menos de cinco mil exemplares em seus acervos. As autoras recomendam que os bibliotecários atuantes nesses espaços, enquanto voluntariado, visto que na realidade brasileira, o cargo de bibliotecário ainda não está presente no quadro funcional do sistema prisional (COSTA, 2020), tenham conhecimento da legislação que impacta no ambiente da biblioteca e, não menos importante, das regras não formalizadas de conduta, já que muitas práticas voltadas à segurança não estão, necessariamente, documentadas. Isso poderá dar ao bibliotecário condições de defender sua proposta a qualquer momento e quando for questionado, bem como desenvolver discussões e negociações com a administração geral dos espaços de privação de liberdade.

Nas bibliotecas vinculadas aos estabelecimentos prisionais, os principais gêneros encontrados são: literatura, literatura infanto-juvenil, autoajuda, religião, direito, poesia. (GUERRA, 2010). Sugere-se que a composição do acervo seja, também, com materiais de alfabetização, que dão apoio aos programas existentes dentro dos estabelecimentos prisionais, já que o nível educacional dos reeducandos no Brasil está entre ensino fundamental e ensino médio incompleto (BRASIL. DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL, 2019).

Nessa vereda entre segurança e acesso à informação, é central que se questione a diferença entre seleção e censura, e que tal diferenciação esteja explicitada na política de desenvolvimento de coleções. Por exemplo, certos conteúdos podem ser prejudiciais para alguns reeducandos, mas úteis para outros, da mesma forma, conteúdos não desejáveis em certo momento podem rapidamente mudar sua importância dada a alta rotatividade dos estabelecimentos prisionais (CLARK; MACCREAIGH, 2006). Além disso, quando ocorre a censura, ocorre também uma infração ética, prevista no *Código de Ética e Deontologia do Bibliotecário Brasileiro*:

O bibliotecário repudia todas as formas de censura e ingerência política, apoia a oferta de serviços público e gratuitos, promove e incentiva o uso de coleções, produtos e serviços de bibliotecas e de outras unidades de informação, segundo o conceito de acesso aberto e universal (CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA, 2008, p. 1).

Como reconhecido anteriormente, o cargo de bibliotecário no Brasil ainda não está instituído nos ambientes prisionais, o que dificulta que as concepções apresentadas no Código de Ética e Deontologia do Bibliotecário tenham a possibilidade de serem exercitadas de forma consistente na realidade prisional. Mesmo nessa perspectiva, com bibliotecários atuando de forma voluntária, essas diretrizes éticas podem e devem ser orientadoras do trabalho nas bibliotecas prisionais. A presença de um bibliotecário é imprescindível para a gestão de uma biblioteca, sua atuação “fundamenta-se no conhecimento da missão, objetivos, áreas de atuação e perfil sociocultural do público-alvo da instituição onde está instalada a unidade de informação em que atua [...]” (CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA, 2018, p. 1). Clark e MacCraigh (2006) propõem diretrizes para determinar os critérios de seleção e descarte do acervo das bibliotecas prisionais. A seleção, “é uma das funções responsáveis pela formação e desenvolvimento das coleções que irão compor o acervo, tanto quanto à forma, como quanto ao conteúdo” (MACIEL; MENDONÇA, 2006, p. 19), portanto, sugere-se que a seleção do acervo esteja envolta na necessidade informacional do público-alvo daquela biblioteca. Além disso, os critérios de seleção “podem ocorrer [...]em relação ao documento em si quando o julgamento se dá pelo valor intrínseco da obra; em relação às características extrínsecas ao documento” (WEITZEL, 2012, p. 186).

As diretrizes de seleção estão voltadas para os seguintes aspectos: 1. O conteúdo das obras deverá estar ligado ao interesse da comunidade que será servida; 2. Materiais atualizados; 3. Obras bem escritas, com vocabulário apropriado; 4. Incluir assuntos voltados para diversos grupos culturais, étnicos e sociais; 5. As obras deverão estar formatadas de acordo com as normas padrões do Estado em que foi elaborado; 6. Dar preferência pelos formatos que os reeducandos poderão utilizar; 7. Materiais recomendados por especialistas; 8.

A arte da capa dos livros de alfabetização não deve chamar atenção. Ademais, as autoras sugerem que é possível a inserção no acervo dos materiais com capa dura, bastando que tenha uma inspeção mais minuciosa para evitar o tráfico de materiais ilícitos (CLARK; MACCREAIGH, 2006).

É possível observar que alguns desses aspectos carregam teor subjetivo, como o aspecto 3: Ora, como se define uma "obra bem escrita" e um "vocabulário apropriado"? Com relação aos aspectos 4 e 7, questionamos: Quais as bases para se conhecer e perceber os diversos grupos? Quem são os "especialistas"? Especialistas em quê?

Sabemos que não é possível imputar certo nível de objetividade em critérios de natureza iminentemente subjetiva. Essas questões servem para enfatizar a importância de se ter o máximo de compreensão possível ao elaborar critérios de seleção, isto é, se certas resoluções permanecerão subjetivas, é preciso que, no mínimo, as objetivas sejam tratadas como tal.

Encontra-se na literatura brasileira relacionada às bibliotecas prisionais a utilização dos critérios de seleção supracitados. Na implantação da biblioteca prisional na unidade do Município de Grajaú (MA), as autoras afirmam que foi desenvolvido o tratamento e organização do acervo e como procedimentos realizaram uma triagem com o objetivo “de analisar e selecionar os exemplares que iriam compor o acervo permanente”, observando a temática dos materiais e sua relevância para a comunidade carcerária da unidade de Grajaú, a atualização do conteúdo, o estado da obra, as cópias e quantidades (SILVA; PRIMO, 2018, p. 3).

Sobre as diretrizes de descarte, essas devem responder às perguntas: a) quais ações serão tomadas com o material descartado? b) por que o material deveria ser excluído? c) como a exclusão do material melhorará os serviços? d) quais são as críticas a esse material? e) qual o objetivo desse item? f) quais são os benefícios desse material?

Assim como ocorre a seleção para entrada de materiais, ocorre a seleção para retirada e descarte de materiais do acervo, também chamado de desbaste. Em relação ao desbastamento, para Figueiredo (1998, p. 84) “o desbastamento é um processo de extrair títulos ou partes da coleção, quer para remanejamento, quer para descarte”. Esses critérios precisam estar registrados, ou seja, os motivos e procedimentos de descarte. Quanto às coleções voltadas para suprir a demanda dos planos de ensino educacionais, é necessária uma aproximação entre os bibliotecários e o departamento de educação, que muitas vezes possui seus próprios orçamentos e materiais. O acervo pode ser adquirido por compra, permuta ou doação, no entanto, esta última é a forma mais comum nas práticas das bibliotecas prisionais (SAGÁS, 2016; CADERNUTO, 2017; CLARK; MACCREAIGH, 2006). Independente da sua forma de entrada, os materiais deverão ser inspecionados antes de serem disponibilizados, já que pode haver contrabandos.

É fundamental recordar que, mesmo que a promoção do acesso à informação seja mais central que processos técnicos como catalogação e classificação, ainda é necessário considerar a eficiência da recuperação desse material no acervo. A circulação pode sempre ser aprimorada dentro de um conjunto de práticas bem estabelecidas.

3 Procedimentos metodológicos

A presente pesquisa está caracterizada da seguinte forma: no tocante aos seus objetivos, é exploratório; em relação aos procedimentos técnicos, é pesquisa documental; no que concerne a forma de abordagem do problema é qualitativa.

O locus desta investigação foi a Biblioteca da Penitenciária Masculina de Florianópolis, vinculada ao Complexo Penitenciário de Florianópolis, localizada no bairro Trindade. A escolha desse estabelecimento vem em consonância com a minha proximidade e experiências enquanto pesquisadora, a partir de 2016 e bolsista nesta biblioteca em 2017. Ademais, um estudo envolvendo vários estabelecimentos prisionais diferentes exigiria muito mais tempo do que aquele que tínhamos disponível, principalmente em função das etapas burocráticas e de deslocamento envolvidas no acesso a esses locais.

Para alcançar os objetivos a) descrever as condições gerais do ambiente e do acervo e b) caracterizar as temáticas contempladas no acervo, foi realizada uma visita à biblioteca da Penitenciária no segundo semestre de 2019, na qual utilizamos o método de observação, baseado em um guia. O guia de observação, apresentou questionamentos voltados para a estrutura da biblioteca, como por exemplo, quais móveis compõem essa unidade, como estão distribuídos, quantos metros quadrados possui a biblioteca, etc. A partir das informações coletadas por meio da observação é possível “diagnosticar a situação-problema, facilitar a escolha das técnicas e procedimentos empregados na pesquisa e na avaliação da sua eficácia” (CANO; SAMPAIO, 2007, p. 200).

No que tange aos objetivos c e d, quais sejam: c) mapear a proveniência do acervo e d) conhecer os critérios de seleção do acervo, as coletas de dados foram realizadas por meio do *Google Forms* com três questionários diferentes: um direcionado aos profissionais da educação do Complexo Penitenciário de Florianópolis, outro às profissionais ligadas às atividades da biblioteca deste estabelecimento e outro aos profissionais vinculadas à segurança do estabelecimento. Os questionários possuíam perguntas sobre os serviços oferecidos, assuntos disponibilizados no acervo, programas que auxiliavam na aquisição de materiais, critérios de seleção e de segurança, acesso à biblioteca e opinião dos respondentes sobre esses aspectos.

No total, o questionário foi enviado para dez pessoas, sendo 4 profissionais da educação, 3 agentes prisionais, 2 estagiárias e a supervisora da biblioteca. Para análise dos

dados coletados utilizou-se o método de análise de conteúdo proposto por Bardin. A análise de conteúdo “é um método empírico, dependendo do tipo de ‘fala’ a que se dedica e do tipo de interpretação que se pretende como objetivo [...] é um conjunto de técnicas de análise das comunicações” (BARDIN, 2016, p. 36-37). Esse tipo de análise “visa o conhecimento de variáveis de ordem psicológica, sociológica, histórica, etc., por meio de um mecanismo de dedução com base em indicadores reconstruídos a partir de uma amostra de mensagens particulares” (BARDIN, 1977, p. 44).

Baseadas nas perguntas elaboradas, três categorias foram estipuladas para o diagnóstico, são elas: 1. Acervo: aspectos voltados para seleção, descarte, temáticas que compõem o acervo, assuntos que são mais solicitados, quantidade de obras, suporte informacionais, prerrogativas de segurança, software, sistema de organização do conhecimento, aquisição do acervo; 2. Serviço: quais são os serviços prestados por essa biblioteca, se são satisfatórios ou não; 3. Acesso: da comunidade carcerária em relação à biblioteca e ao seu acervo.

Após as considerações e dando continuidade à resolução dos objetivos, em relação ao objetivo e) propor diretrizes para o desenvolvimento desse acervo, as informações coletadas nas respostas dos formulários foram cotejadas com a literatura levantada em uma Revisão Sistemática da Literatura (RSL) que foi realizada na base de dados Library Information Science Abstract (LISA)¹. A partir desse cruzamento da literatura sobre bibliotecas prisionais e o diagnóstico e características locais da biblioteca da penitenciária, os parâmetros para o desenvolvimento do acervo foram sugeridos.

4 Resultados e discussões

A Biblioteca está localizada no prédio administrativo do Complexo Penitenciário de Florianópolis e todas as alas atendidas são voltadas para a comunidade carcerária do gênero masculino. É significativo evidenciar que o presídio feminino também faz parte desse complexo, no entanto, constitui-se em uma unidade administrativa diferente.

A equipe técnica responsável pela Biblioteca conta com uma supervisora bibliotecária, docente do Curso de Biblioteconomia da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), por meio da parceria com o Programa Novos Horizontes e mais duas estagiárias, associadas ao Programa Novos Valores do Estado de Santa Catarina, que estavam cursando Biblioteconomia no período da pesquisa.

¹Disponível em: < <https://search-proquest.ez46.periodicos.capes.gov.br/lisa/index>>

A biblioteca possui uma área total de aproximadamente 16m²e conta com cinco estantes divididas a partir das dez classes disponibilizadas pelo sistema de classificação de assunto utilizado, que é a Classificação Decimal Universal (CDU). Há outras sete estantes completas com os materiais didáticos utilizados pelos professores do Centro de Educação de Jovens e Adultos em sala de aula, que estão sob responsabilidade dos próprios professores. Pelo chão estão diversas caixas com livros que passaram por critérios de descarte. A Biblioteca ainda dispõem duas mesas, dois computadores, um armário, mapas geográficos, ar-condicionado, uma janela grande, alguns vasos com plantas, além de dois expositores, com diversos livros sobre temáticas diferentes.

A biblioteca analisada não conta com uma política de desenvolvimento de coleção formalizada, o que não impede a construção de uma reflexão a respeito da sua situação atual e de diretrizes para seu futuro desenvolvimento.

4.1 Acervo

Fundamentado nas respostas dos questionários aplicado no Complexo Penitenciário de Florianópolis, o acervo da Biblioteca da Penitenciária Feminina de Florianópolis conta com 3436 itens cadastrados até a coleta dos dados para esta pesquisa. Percebe-se quantidade elevada de livros religiosos, como por exemplo bíblias. Na ocasião da observação, a bibliotecária comentou que as instituições religiosas quando vão à Penitenciária para realização de suas cerimônias, disponibilizam os materiais que gostariam que os reeducandos fizessem a leitura. O material fica armazenado na Biblioteca e é disponibilizado aos interagentesmas não pertence ao acervo.

De acordo com as respostas das três funcionárias da biblioteca (que aqui chamaremos de respondente 2, respondente 3, respondente 4, sendo o funcionário da segurança o respondente 1). A respondente 2 registrou que essa contagem foi realizada excluindo-se os materiais religiosos que não fazem parte do acervo, os mapas e os “livros que são utilizados nos cursos oferecidos pela instituição”. Acredita-se que a respondente esteja se referindo aos livros didáticos que compõem parte do material de trabalho dos professores do Complexo Penitenciário de Florianópolis. Ressalta-se que esses livros estão sob cuidados da coordenação do Centro de Educação de Jovens e Adultos (CEJA) e seus professores.

Em relação aos assuntos presentes no acervo, todos os respondentes afirmam que a biblioteca possui diversos assuntos, títulos, gêneros e autores, cobrindo as dez classes propostas pela CDU, tais como, “acervo didático, autoajuda, religião, literatura brasileira, literatura internacional, científicos, dicionários, revistas e mapas”, de acordo com o respondente 2. Por meio dos pedidos de empréstimo, os respondentes percebem que os

assuntos mais solicitados pelos reeducandos são: literatura, livros de temáticas religiosas, autoajuda, ficção, romance e dicionários.

No que tange à disponibilidade desse acervo, dois respondentes afirmam que é satisfatória, uma vez que atende à demanda de algumas alas do Complexo Penitenciário de Florianópolis. Vale ressaltar que um dos respondentes ainda afirma que “não é ideal, mas dentro do possível ela atende à demanda”. Os outros dois respondentes declaram que não é satisfatória, pois “o ambiente é pequeno e não suporta a quantidade de livros” e “muitos assuntos se misturam nas classificações, porém o espaço que temos não é o suficiente para uma mudança significativa”.

A respondente 4 declara que os assuntos disponibilizados no acervo não são suficientes, visto que ainda “falta material informacional na área desportiva e sagas infanto-juvenis completas”. A respondente acredita que “poderia aumentar o acervo jurídico, os periódicos correntes (jornais) e de literatura”. Outro aspecto apresentado no questionário é sobre o Sistema de Organização do Conhecimento utilizado pela Biblioteca e qual software de gerenciamento do acervo é utilizado. As respondentes 2,3 e 4 aplicam a CDU e afirmam que por ser um sistema universal, “a facilidade é muito maior”. Em relação ao software de gerenciamento, utilizam o “BibliVre, por ser um *software* livre e gratuito”.

No que tange à aquisição de materiais para composição do acervo desta Biblioteca, a maior parte é adquirida por meio de doações. Quando perguntamos quais os programas que auxiliam na aquisição de materiais, os respondentes afirmam que o "Programa Novos Horizontes: a Universidade nos espaços de privação de liberdade" tem contribuído. Além disso, a respondente 4 afirma que “são feitas solicitações em diversas instituições”. Os funcionários apresentam ideias para o desenvolvimento deste acervo, como por exemplo, realizar “campanhas de doação de livros, participação em editais voltados à Educação”.

Outra pergunta que o questionário abarca é se existem obras que, porventura, poderão ser vetadas, todos os respondentes relatam que sim. Como já citado anteriormente no referencial teórico desta artigo, a segurança nos estabelecimentos prisionais estará sempre em primeiro lugar. Então, livros que possam infringir essa segurança de alguma forma serão vetados. A respondente 3 afirma que “normalmente, o único assunto vetado são os livros voltados para o erotismo”. Já a respondente 4 diz que “alguns livros com capa dura não são aceitos, justamente porque a maioria das galerias não aceita livros com essa capa. Há também a ilustração/título do livro, já que não pode incitar a violência”.

Quando a respondente relata que a maioria das galerias não aceita livros de capa dura, supõe-se que a gestão administrativa ainda não liberou para todas as alas do Complexo Penitenciário visto que, provavelmente, esse tipo de encadernação pode comportar materiais

ilícitos no interior do livro. Ressalta-se que cada ala e galeria do Complexo Penitenciário de Florianópolis tem sua peculiaridade e regras relacionadas ao formato de material que entra e sai desses ambientes.

É possível perceber por meio da literatura que alguns estabelecimentos prisionais censuram, por exemplo, a entrada de livros voltados para as diversas vertentes do direito. (LEHMANN; LOCKE, 2005). Recomenda-se, também, que seja evidenciado na política o ato de censurar pensando na segurança seja por conta do conteúdo ou do formato do material. Essa explicitação poderia facilitar o desenvolvimento do acervo já que a formação do acervo fica sob responsabilidade da comissão para o desenvolvimento de coleção, mas os financiamentos estão sob competência da administração financeira da instituição prisional e da Secretaria de Educação do Estado de Santa Catarina.

Sobre os critérios de inclusão de materiais no acervo, a respondente 4 afirma utilizar a seguinte técnica “se é literatura da qual já se sabe que há interesse. Se o livro é novo, se o assunto é pedido”. O respondente 2 relata que depende da “atualidade, relevância, linguagem e utilidade” desse material. Além disso, “apenas livros são aceitos, pois eles não possuem outros dispositivos [como por exemplo, aparelhos para DVD] para utilizar materiais em outros formatos”.

Recomenda-se que haja um encontro entre os responsáveis pela segurança do estabelecimento prisional e a responsável pela biblioteca para alinhar as questões envolvendo os critérios de seleção de cada um dos materiais. É relevante que para cada aspecto vetado pela instituição, o bibliotecário saiba os motivos e que esses motivos estejam descritos na política de desenvolvimento de coleção, para que possíveis questionamentos feitos sejam resolvidos. Reafirma-se que cada biblioteca prisional responde hierarquicamente a cada instituição que está vinculada, portanto, é necessário analisar o contexto em que a mesma está inserida, a época em que esse material está sendo vetado, como está o financiamento dessas unidades para a compra desse tipo de obra.

É substancial a escolha das fontes de seleção, ou seja, onde essas obras serão pesquisadas para, posteriormente, realizar um orçamento e/ou até mesmo sugerir uma campanha de doações de materiais. Essas fontes de seleção podem ser: “catálogos editoriais; diretórios de periódicos; sugestão dos usuários; bases de dados; sites de editoras, de livrarias e de outras bibliotecas” (SAGÁS, 2016, p. 7).

Já os critérios de descarte, os respondentes descrevem que “é basicamente descartar apenas os livros que já não podem mais ser usados, isso é, que estão depredados, sem folhas, rasgados”. A respondente 4 informa que os materiais descartados são aqueles que “estão

desatualizados, rasurados ou quando o conteúdo é impróprio e/ou já se possui o item”, bem como “conteúdo preconceituoso ou ofensivo”.

O respondente 1 afirma que os critérios de segurança estão registrados no “livro Plantão Digital”, em um outro momento, o mesmo respondente afirma que “os critérios são estabelecidos pelas estagiárias de biblioteconomia”. O respondente 1 não evidencia o que seria o livro Plantão Digital em suas respostas, mas, baseado em pesquisas realizadas na web, o livro de Plantão Digital parece ser um livro onde registra-se todos os acontecimentos de uma unidade prisional. Conta com informações sobre as visitas, sobre custodiados, movimentação do dia a dia do estabelecimento prisional, entre outras informações.

Outra particularidade da política de desenvolvimento de coleção é o desbaste dos materiais. O desbastamento é a ação de tirar o material do acervo, com a finalidade de obter mais espaço físico, o material desbastado pode ser remanejado/transferido. Os critérios para o remanejamento dos materiais são: “exemplares de livros utilizados nos últimos cinco anos, permanecendo apenas um exemplar de cada título no acervo [...] o local de armazenagem deve ser definido pela biblioteca” (SAGÁS, 2016, p. 12). O responsável pela biblioteca prisional pode conversar com a direção de outros estabelecimentos prisionais e apresentar a lista de materiais que estão disponíveis para remanejamento e verificar a disponibilidade de receber essas obras.

4.2 Serviços

De acordo com os respondentes, a Biblioteca da Penitenciária Masculina de Florianópolis oferece os seguintes serviços: a) separação de livros que são distribuídos aos reeducandos; b) empréstimo de livros para as galerias; c) referência; d) apoio ao vestibular; e) apoio às atividades educacionais da escola da Penitenciária e f) suporte à Remição de Pena por meio da Leitura.

No que tange ao empréstimo, são realizados de três formas: por meio de memorandos, sistema de caixas e pedidos de advogados. Os memorandos são documentos em que os reeducandos solicitam qualquer tipo de material ou ação para a instituição prisional em que ele se encontra. No memorando “o apenado escreve qual livro ou tema específico ele quer”, informa a respondente 4. Antes de chegar à biblioteca, o memorando deverá ser aprovado por funcionários ligados à segurança da unidade.

De acordo com nossos respondentes, a aprovação do memorando depende de alguns aspectos, como certifica a respondente 3: “se o reeducando tiver um bom comportamento, nenhuma infração” o empréstimo é realizado. No empréstimo realizado por meio de memorandos podem ser disponibilizados de dois a três livros por leitor e a solicitação pode ser

feita uma vez por mês. Entretanto, em função da triagem pela qual passam os memorandos que inclui diferentes processos, chegam memorandos na Biblioteca toda semana.

O outro método de empréstimo são as caixas, que são enviadas mensalmente para seis galerias masculinas do Complexo Penitenciário de Florianópolis. Nelas, são encaminhados livros selecionados pelas estagiárias vinculadas a biblioteca, com diferentes temáticas variando de 15 a 70 livros para cada ala. Quando os livros chegam às galerias, os responsáveis pela distribuição são os chefes de ala. A respondente 3 afirma que por esse método, “a galeria que mais tem solicitação é a do Centro de Triagem da Trindade (CTT), são aproximadamente 67 livros por mês”. A terceira forma de empréstimo são os pedidos feitos diretamente pelos advogados dos reeducandos para o Complexo Penitenciário.

Além disso, esta instituição prisional foi contemplada com o Projeto Remição de Pena pela Leitura, e isso fez com que os empréstimos aumentassem significativamente. Uma das perspectivas apresentadas em relação ao funcionamento dos serviços, é de que eles “não são suficientes, pois o acesso à leitura ainda não está no alcance de todos” (respondente 2). Outro aspecto é “pensar na política de desenvolvimento de coleções e refletir sobre possíveis censuras éticas que podem ocorrer e atividades de formação de leitores” (respondente 3).

É importante evidenciar que a Biblioteca da Penitenciária Masculina de Florianópolis conta com um planejamento, portanto, a partir de 2020 diversas ações serão realizadas, incluindo a elaboração da política de desenvolvimento de coleção. A Biblioteca da Penitenciária Masculina de Florianópolis não conta com critérios explícitos de segurança para regular o acesso à Biblioteca.

Uma das perguntas presentes no questionário é em relação à existência de algum documento que estabeleça os critérios do que pode e não pode entrar nas celas. O respondente 2 afirmou que “não nos foi repassado. Essa questão fica subordinada ao chefe de segurança”.

Observa-se, por meio das respostas coletadas, que a Biblioteca da Penitenciária Masculina de Florianópolis está colocando em prática alguns critérios propostos de forma recorrente pela literatura voltada para seleção dos materiais, como por exemplo: verificar o assunto de interesse do reeducando, a linguagem adequada para a instituição penal, atualidade do material, conteúdo, entre outros.

Para o desenvolvimento de coleção, recomenda-se a criação de uma comissão para definir critérios. Recomenda-se que a Comissão seja composta por: a) Bibliotecário; b) Chefe de segurança do estabelecimento prisional; c) Administração financeira; d) Docente; e) Coordenadora do CEJA; f) Secretaria de Educação do Estado de Santa Catarina; g) Responsável

pelo Projeto de Remição de Pena pela Leitura; h) Gerência de saúde, educação e assistência social e i) Um reeducando representante de cada ala do estabelecimento prisional.

A comissão, conta com diversas competências, tais como,

Assessorar a biblioteca em assuntos pertinentes à formação do acervo [...]; contribuir com a política de seleção, seus princípios e normas visando sua atualização; avaliar e recomendar as fontes de seleção; elaborar o plano anual de aquisição [...]; avaliar periodicamente a coleção; analisar os materiais indicados para aquisição; articular-se com a comunidade, coletando sugestões para atualização do acervo e melhorias no processo de desenvolvimento de coleção (SAGÁS, 2016, p. 6).

É fundamental que a comissão conheça sua comunidade carcerária para que haja um bom desenvolvimento de coleção e as necessidades informacionais sejam atendidas. Portanto, sugere-se que um estudo de comunidade seja realizado nas ambiências prisionais. Neste estudo, a equipe responsável por coletar informações deverá atentar-se aos seguintes aspectos: idade da população, níveis de leitura, idiomas, quais são as necessidades informacionais, quais são os suportes que poderão ser disponibilizados na instituição carcerária, quais são os tipos de informações.

4.3 Acesso

No que diz respeito ao acesso, as políticas de desenvolvimento de coleção das bibliotecas prisionais incluem as políticas de circulação. As políticas de circulação estão voltadas para a movimentação dos materiais dentro dos estabelecimentos prisionais em consonância com as políticas de circulação dos próprios detentos dentro da unidade prisional. Nesse sentido, os bibliotecários precisam conversar com os responsáveis pela segurança das instituições sobre quais itens estarão nessas coleções, como será a verificação dos materiais e seu registro, quantos materiais um reeducando pode ter ao mesmo tempo, por quanto tempo o material fica com a pessoa, as renovações permitidas, suspensão de materiais por quanto tempo e por qual motivo e como regulamentar os materiais emprestados de outras instituições.

Identificou-se nas respostas dos questionários que os detentos não podem frequentar presencialmente a Biblioteca da Penitenciária Masculina de Florianópolis, acredita-se que isso acontece pela localização desta Biblioteca, que fica no prédio administrativo do Complexo Penitenciário. Portanto, sugere-se que essas unidades têm de estar situadas num local central dos estabelecimentos prisionais.

Considera-se, também, que a segurança nos estabelecimentos prisionais pode ser um dos fatores que influenciam a falta de reeducandos nas bibliotecas prisionais, visto que a quantidade de agentes prisionais não é suficiente para realizar de forma segura o

deslocamento de reeducandos da cela à biblioteca. Os funcionários desses estabelecimentos estão instruídos a focar nas atividades que consideram em primeiro lugar a segurança de todos. Pensando nesses aspectos, uma possível ação seria realizar o deslocamento dos livros até as celas por meio de carrinhos. Pensando na seleção dos materiais para esse serviço, uma sugestão é realizar um estudo de comunidade para verificar a necessidade informacional e em seguida elaborar um catálogo com as obras que compõe o acervo da unidade. Outro aspecto, é idealizar um cronograma com os horários e reeducandos que poderão estar juntos, preservando assim a segurança. Para a elaboração desse cronograma, o bibliotecário juntamente com a administração e o chefe de segurança poderá distribuir os reeducandos nos horários, pensando nos aspectos que envolvam os deslocamentos até a biblioteca.

Os reeducandos não possuem acesso presencial à Biblioteca. De acordo com o respondente 2, os “apenados não podem circular na área administrativa, somente os regalias”, ou seja, as pessoas que estão exercendo alguma função em relação ao trabalho, como entrega das refeições para os professores. Entretanto, os respondentes acreditam que esses detentos que estão exercendo suas funções podem frequentar a Biblioteca, mas não possuem essa informação. O contato dos reeducandos com os materiais dessa unidade acontece, na maioria das vezes, pelos três tipos de empréstimo citados anteriormente.

A respondente 4 afirma que “o desejo é que os próprios apenados possam ter acesso diretamente à biblioteca, sem que haja restrição, nem que haja restrição nos itens informacionais que são encaminhados”. O respondente 2 diz que “o layout da biblioteca e espaço precisa ser ampliado, melhorar a interação com os apenados, no sentido das atividades de estudo de usuários e referências”.

5 Considerações finais

As prisões nacionais e internacionais estão focadas na reabilitação dos reeducandos. Para a ação de reabilitar, o sistema prisional conta com algumas leis, recomendações e documentos que focam nos aspectos relacionados aos direitos e deveres do Estado para com a comunidade carcerária e vice-versa. Sabe-se, por meio da literatura, que alguns dos direitos sancionados não estão em prática por inúmeros motivos voltados para a administração da unidade, falta de efetivo, falta de espaço salubre e saudável, falta de financiamento, entre outros motivos.

As bibliotecas prisionais são vinculadas aos espaços de privação de liberdade, possuem particularidades que influenciam nos serviços, acessos e acervo dessas unidades. Percebe-se por meio das análises aplicadas a esta pesquisa, que as propostas realizadas pela literatura, algumas vezes, não contemplam a realidade dessas ambiências visto que a realidade brasileira,

em determinados aspectos, é diferente das concepções internacionais. Além disso, as bibliotecas prisionais podem ser caracterizadas de diversas formas, essa caracterização depende da necessidade informacional e do contexto em que a unidade está inserida.

O desenvolvimento de coleção visa a constituição de um acervo seguro e consistente, como afirmou-se anteriormente. Para isso, é necessária a criação de parâmetros envolvendo o acervo.

Neste artigo, apresentou-se aspectos sobre a equipe responsável pela Biblioteca da Penitenciária Masculina de Florianópolis, seu funcionamento, tópicos voltados para segurança peculiar dos estabelecimentos prisionais e no quanto isso afeta a inserção de alguns tipos de obras/conteúdos e serviços.

Após as concepções apresentadas por este artigo, sugerimos ainda algumas ações relacionadas às bibliotecas vinculadas aos espaços de privação de liberdade. A primeira é uma parceria com a Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina para a disponibilização de serviços aos reeducandos dos estabelecimentos prisionais do Estado, visto que o Manifesto sobre as Bibliotecas Públicas disponibilizado pela UNESCO afirma a oferta de serviço sem qualquer distinção e com base na igualdade de acesso para todos.

Outra sugestão envolve a localização da Biblioteca da Penitenciária Masculina de Florianópolis. Percebe-se no referencial teórico deste artigo que as bibliotecas vinculadas às instituições penais deveriam estar disponíveis para toda a comunidade carcerária, em uma localidade de fácil acesso. Por esse motivo, acredita-se que políticas de acesso à Biblioteca poderiam ser criadas e estabelecidas dentro do Complexo Penitenciário, bem como a readequação do espaço para comportar a demanda relacionada ao seu acervo e espaços para seus leitores. Além disso, a realização do contato com penitenciárias que já dispõem dessas perspectivas em seus espaços, para verificar quais foram os procedimentos, quais são os aspectos positivos e negativos, entre outros.

A terceira sugestão é a realização de um curso para a comunidade carcerária e os funcionários do Complexo Penitenciário de Florianópolis. Evidenciando as ações, funções e objetivos de uma biblioteca e de um bibliotecário, além de concepções relacionadas a dados estatísticos da Biblioteca da Penitenciária Masculina de Florianópolis.

Outra sugestão está relacionada aos aspectos biblioteconômicos dentro do Complexo Penitenciário de Florianópolis. Percebe-se que é necessária a realização de uma ação juntamente com os funcionários do Complexo para evidenciar algumas perspectivas biblioteconômicas para solucionar quaisquer dúvidas sobre o funcionamento, função, atividades, assegurando o espaço da biblioteca.

Referências

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2016.

BRASIL. **Decreto nº 6049, de 27 de Fevereiro de 2007**. Brasília: Presidência da República, 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6049.htm Acesso em: 7 maio 2018.

BRASIL. DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias**: período de julho a dezembro de 2019. período de julho a dezembro de 2019. 2020. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiMmU4ODAwNTAtY2lyMS00OWJiLWE3ZTgtZGNjY2ZhNTYzZDliiwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MWYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9> Acesso em: 24 ago. 2020.

BURT, Lesta N. Information Needs of Inmates. **Library Trends**, Illinois, v. 26, n. 1, p.27-38, Jan. 1977. Disponível em: https://www.ideals.illinois.edu/bitstream/handle/2142/6945/librarytrendsv26i1d_opt.pdf?sequence=1&isAllowed=y Acesso em: 12 set. 2018.

CADERNUTO, Heloisa Helena Reis (Org.). **Plano Estadual de Educação em Prisões 2016-2026**: educação, prisão e liberdade, diálogos possíveis. Florianópolis: DIOESC, 2017. 92 p.

CANO, Débora Staub; SAMPAIO, Izabela Tissot Antunes. O método de observação na psicologia: considerações sobre a produção científica. **Interação em Psicologia**, Curitiba, v. 11, n. 2, p. 199-210, jul. 2007. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/psicologia/article/view/6849> Acesso em: 18 nov. 2018.

CINQUE, Yara Maria da Silva; OLIVEIRA, Caroline Gomes de; GRÁCIO, Maria Cláudia Cabrini. Estudos relacionados a biblioteca prisional: análise bibliométrica na base Scopus (1927-2017). **Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 8, n. 2, p. 1-9, jan. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/moci/article/view/16902/13661> Acesso em: 27 nov. 2020.

CLARK, Sheila; MACCREAIGH, Erica. **Library services to the incarcerated**: applying the public, library model in correctional and facility libraries. Westport, CT: Libraries Unlimited, 2006. 246 p.

CONRAD, Suzanne. Collection Development and Circulation Policies in Prison Libraries: An Exploratory Survey of Librarians in US Correctional Institutions. **Library Quarterly**, Chicago, v. 82, n. 4, p. 407-427, out. 2012. Acesso em: 12 set. 2018.

CORREA, Elisa Cristina Delfini. Política de gestão de estoques de informação: uma proposta para atualização de conteúdo. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 25, 2013, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: CBBDD, 2013. Disponível em: <https://portal.febab.org.br/anais/article/view/1433> Acesso em: 25 mar. 2019.

CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA. **Resolução CFB nº 207/2018**. Aprova o Código de Ética e Deontologia do Bibliotecário brasileiro, que fixa as normas orientadoras de conduta no exercício de suas atividades profissionais. Brasília: CFB, 2018. Disponível em: <http://www.cfb.org.br/wp-content/uploads/2018/11/Resolu%C3%A7%C3%A3o-207-C%C3%B3digo-de-%C3%89tica-e-Deontologia-do-CFB-1.pdf> Acesso em: 11 out. 2019.

DICK, Archie L. Censorship and the reading practices of South African Political Prisoners, 1960-1990. **South African History Online**, [S.l.], p.1-28, Jan. 2007. Disponível em: <https://www.sahistory.org.za/archive/censorship-and-reading-practices-south-african-political-prisoners-1960-1990-archie-l-dick> Acesso em: 1 nov. 2018.

EMASEALU, Helen U.; POPOOLA, Sunday Olanrewaju. Information needs and the enhancement of the psychological wellbeing of Nigerian prison inmates. **Library Philosophy and Practice**, [S.l.], p. 1-18, 2016. Acesso em: 28 ago. 2018.

EZE, Jacintha Ukamaka. Problems and prospects of providing library and information services to the prisoners in Nigeria. **Emerald Insight**, [S.l.], v. 64, n. 4, p. 285-304, 2015. Disponível em: <https://www.emeraldinsight.com/doi/abs/10.1108/LR-06-2014-0064> Acesso em: 5 dez. 2018.

FERNANDES, Raquel Gonçalves da Silva de Araújo *et al.* 50 TONS DE CINZA E RELACIONAMENTO ABUSIVO: um olhar do cárcere. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 28., 2018, Vitória. **Anais...** Vitória: Febab, 2018. p. 390-406. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1344/1192> Acesso em: 27 nov. 2020.

FIGUEIREDO, Nice Menezes. **Desenvolvimento & avaliação de coleções**. 2. ed. rev. atual. Brasília, DF: Thesaurus, 1998.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999. 206 p.

GUERRA, Stephanie. Reaching out to At-Risk Teens: Building Literacy with Incarcerated Youth. **PNLA Quarterly**, [S.l.], v. 75, n. 1, p. 50-60, out. 2010. Disponível em: http://libraryservicestoincarceratedyouth.pbworks.com/f/lib_serving_inc_youth.pdf Acesso em: 16 ago. 2018.

LEHMANN, Vibeke; LOCKE, Joanne. **Orientações para serviços de biblioteca para reclusos**. 3. ed. [S.l.]: IFLA, 2005. 24 p. Disponível em: <https://www.ifla.org/files/assets/hq/publications/professional-report/92-pt.pdf> Acesso em: 21 maio 2019.

MACIEL, Alba Costa; MENDONÇA, Marília Alvarenga Rocha. **Bibliotecas como organização**. Niterói: Intertexto, 2006. 94 p.

MALAQUIAS, Josinaldo José Fernandes. **Informação e Cidadania na Penitenciária e Presídio do Roger**. 1999. 152 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 1999. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/11660> Acesso em: 26 mar. 2019.

PIZARRO, Daniella Cámara *et al.* O cotidiano na biblioteca da penitenciária: vivências e experiências. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ARTE E EDUCAÇÃO PRISIONAL, 1., 2017, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: Udesc, 2017. p. 76-87. Disponível em: <https://6c27255a->

[7e27-4625-b615-0913ea29fd35.filesusr.com/ugd/7288a8_94d15c03fcfb4043a3c6b3504c99658e.pdf](https://filesusr.com/ugd/7288a8_94d15c03fcfb4043a3c6b3504c99658e.pdf) Acesso em: 27 nov. 2020.

SAGÁS, Alcimar Oliveira et al. **Política de desenvolvimento de coleção da Biblioteca Universitária da UDESC**. Florianópolis: UDESC, 2016. 13 p. Disponível em: https://www.udesc.br/arquivos/udesc/documentos/0_32296200_1476384077.pdf Acesso em: 7 nov. 2019.

SILVA, Jaciara Marques Galvão; PRIMO, Francinete Costa. Implantação da biblioteca prisional na Unidade prisional de ressocialização de Grajaú/MA. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 28., 2018, Vitória. **Anais...** Vitória: Febab, 2018. p. 1-5. Disponível em: <http://leiturasempresidios.org/wp-content/uploads/2019/10/2065-2082-1-PB.pdf> Acesso em: 27 nov. 2020

SILVA, Jonathas Luiz Carvalho; SILVA, Roosevelt Lins. Biblioteca, luta de classes e o posicionamento da Biblioteconomia brasileira: algumas considerações. **Revista Em Questão**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 203-217, jul. 2010. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/16023/10442> Acesso em: 22 abr. 2019.

VERGUEIRO, Waldomiro de Castro Santos. **Desenvolvimento de coleção**. São Paulo: Polis, 1989. 96 p.

WEITZEL, Simone da Rocha. Desenvolvimento de coleções: origem dos fundamentos contemporâneos. **Transinformação**, Campinas, v. 3, n. 24, p. 179-190, set. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tinf/v24n3/a03v24n3.pdf> Acesso em: 17 maio 2018.